



**I3S - INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO EM SAÚDE  
DA UNIVERSIDADE DO PORTO - ASSOCIAÇÃO**

AJUSTE DIRETO N.º 03/2021 – I3S

**Aquisição de Serviços de Suporte para a Solução  
CheckPoint do I3S**

**CADERNO DE ENCARGOS**

CPV: 72267100-0 (Manutenção de software para as tecnologias da informação)



## Índice

Cláusula 1ª - Objeto.....	3
Cláusula 2ª - Contrato .....	3
Cláusula 3ª - Início De Vigência E Duração Do Contrato.....	3
Cláusula 4ª - Preço Base.....	4
Cláusula 5ª - Principais Obrigações Do Adjudicatário.....	4
Cláusula 6ª - Local Da Prestação Dos Serviços.....	5
Cláusula 7ª - Conformidade Dos Serviços.....	5
Cláusula 8ª - Fiscalização, Controlo E Avaliação Da Prestação Dos Serviços.....	6
Cláusula 9ª - Patentes, Licenças E Marcas Registadas.....	6
Cláusula 10ª - Preço Contratual .....	7
Cláusula 11ª - Condições De Pagamento Do Preço .....	7
Cláusula 12ª - Penalidades Contratuais.....	8
Cláusula 13ª - Resolução do Contrato por parte da Entidade Adjudicante .....	8
Cláusula 14ª - Resolução Do Contrato Pelo Adjudicatário.....	9
Cláusula 15ª - Suspensão Do Contrato .....	9
Cláusula 16ª - Modificações Do Contrato.....	9
Cláusula 17ª - Gestor Do Contrato.....	9
Cláusula 18ª - Subcontratação E Cessão Da Posição Contratual.....	10
Cláusula 19ª - Contagem Dos Prazos Na Fase De Execução Do Contrato.....	10
Cláusula 20ª - Responsabilidades .....	10
Cláusula 21ª - Casos Fortuitos Ou De Força Maior.....	11
Cláusula 22ª - Confidencialidade .....	12
Cláusula 23ª - Proteção De Dados .....	13
Cláusula 24ª - Políticas Horizontais.....	13
Cláusula 25ª - Interpretação E Validade.....	13
Cláusula 26ª - Regime Contraordenacional .....	14
Cláusula 27ª - Lei Aplicável.....	14
Cláusula 28ª - Foro Competente.....	14
Cláusula 29ª - Comunicações E Notificações.....	14
Cláusula 30ª - Contagem Dos Prazos.....	15
ANEXO I.....	16
Especificações dos Serviços a Prestar.....	16



### Cláusula 1ª - Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto a [Aquisição Serviços de suporte para a solução Checkpoint do I3S](#), pelo I3S – Instituto de Investigação e Inovação em Saúde da Universidade do Porto – Associação (doravante referido por “I3S”) com as características, especificações e requisitos constantes do [Anexo I](#) e nos termos e condições definidos no presente caderno de encargos.
2. Atento o disposto no número anterior, o Adjudicatário obriga-se ao fornecimento do(s) serviço(s) de acordo com os termos previstos neste caderno de encargos, em especial atento ao(s) seu(s) anexo(s) e na proposta adjudicada.
3. Fazem sempre parte integrante do contrato, o Caderno de Encargos e seu(s) anexo(s), bem como os demais documentos contratuais, o Convite, a proposta adjudicada e toda a correspondência trocada entre as partes.

### Cláusula 2ª - Contrato

1. O contrato será reduzido a escrito e composto, para além do respetivo clausulado contratual e anexos, pelos seguintes documentos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos, identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas acima e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos nos termos do disposto no Artigo 99º do Código dos Contratos Públicos (doravante “CCP”) e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do referido diploma legal.

### Cláusula 3ª - Início De Vigência E Duração Do Contrato

O contrato entrará em vigor na data da sua assinatura e terá a duração de 1 (um) ano, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

NIF: 515 769 053  
Rua Alfredo Allen, 208 - 4200-135 Porto - Portugal  
Tel. 00351- 220 408 800 | Fax. 00351- 225 570 770

PÁGINA 3 DE 16

INSTITUTO  
DE INVESTIGAÇÃO  
E INOVAÇÃO  
EM SAÚDE  
UNIVERSIDADE  
DO PORTO

Rua Alfredo Allen, 208  
4200-135 Porto  
Portugal  
+351 220 408 800  
info@i3s.up.pt  
[www.i3s.up.pt](http://www.i3s.up.pt)



#### Cláusula 4ª - Preço Base

1. Para efeitos de elaboração de propostas fixa-se, como parâmetro base do preço contratual o valor global de € 15.209 (quinze mil, duzentos e nove euros).
2. O preço base é definido como o preço máximo que o I3S se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o contrato.
3. Propostas com valor superior ao valor do preço base são excluídas.

#### Cláusula 5ª - Principais Obrigações Do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações principais:
  - a) Obrigação de prestação dos serviços objeto do contrato;
  - b) Obrigação de garantia de conformidade dos serviços com o contrato;
  - c) Obrigação de continuidade da prestação dos serviços, durante a vigência do contrato;
  - d) Garantir o funcionamento contínuo e atualizado da solução instalada, durante a vigência do contrato;
  - e) Executar todas as tarefas que se mostrem necessárias à pontual e cabal execução dos serviços objeto do contrato, com respeito por todas as normas aplicáveis e com elevados padrões de qualidade, eficiência e segurança;
  - f) Participar em reuniões com o I3S e/ou com terceiros, sempre que para tal seja solicitado;
  - g) Efetuar todas as comunicações, requerer e manter válidas, durante a vigência do contrato, todas as autorizações e licenças exigíveis, nos termos da legislação em vigor, para o exercício da sua atividade e pagar todas as quantias que se mostrem necessárias àquela obtenção sendo responsável por quaisquer sanções decorrentes da violação da referida obrigação;
  - h) Comunicar, de imediato, ao I3S, quaisquer ocorrências e/ou impedimentos que possam comprometer a execução atempada dos serviços objeto do contrato ou a confidencialidade dos dados por aquele fornecidos;
  - i) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação, a sua situação jurídica e a sua situação comercial.
2. A título acessório, o Adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como, ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.



3. O Adjudicatário reconhece que será o único e exclusivo responsável, em qualquer caso, pelos atos ou omissões dos seus trabalhadores ou de quaisquer entidades por si subcontratadas, a qualquer título, e pelos danos e prejuízos que sejam causados a pessoas e bens, correndo às suas expensas, sem quaisquer responsabilidades, ónus ou encargos para o I3S, o ressarcimento ou indemnização que tais danos ou prejuízos possam motivar.

#### Cláusula 6ª - Local Da Prestação Dos Serviços

Os serviços objeto do contrato serão prestados nas instalações das Entidades Adjudicantes, sitas na Rua Alfredo Allen, n.º 208 e Rua Júlio Amaral de Carvalho, n.º(s) 45 e 277, 4200-135 Porto, durante o seu horário de funcionamento, salvo nos casos indicados na proposta da entidade convidada e aceites pelo I3S.

#### Cláusula 7ª - Conformidade Dos Serviços

1. O Adjudicatário obriga-se a prestar ao I3S, os serviços objeto do contrato a celebrar, com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no [Anexo I](#) do presente caderno de encargos, parte integrante do mesmo, e de acordo com a proposta adjudicada.
2. Os serviços objeto do contrato a celebrar devem ser prestados em termos da boa, integral e regular execução dos mesmos, incluindo a prestação de todo o pertinente e indispensável apoio de acompanhamento e aconselhamento, no intuito da máxima qualidade, eficácia e eficiência da prestação dos serviços em causa.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei no atinente aos contratos de aquisição de bens móveis.
4. O Adjudicatário é responsável perante o I3S por qualquer irregularidade e ou falha na execução da prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar.
5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, se aplicável, consoante o caso concreto em apreço, atento em especial o preceituado na cláusula das Principais Obrigações do Adjudicatário, do presente caderno de encargos, o prestador de serviços é responsável perante o I3S pelo cumprimento de todas as condições legais e técnicas, decorrentes de preceitos legais, regulamentares, concursais e contratuais, concernentes à prestação dos serviços objetos do contrato a celebrar.
6. O Adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao I3S na execução do contrato, às exigências legais, obrigações do Adjudicatário e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.



### Cláusula 8ª - Fiscalização, Controlo E Avaliação Da Prestação Dos Serviços

1. O I3S tem o direito de, em qualquer momento e em qualquer local abrangido da prestação de serviços, fiscalizar, controlar e avaliar, a execução dos serviços que constituem o objeto do contrato, bem como o cumprimento das obrigações do Adjudicatário.
2. Essa avaliação será efetuada da forma que o I3S entender mais conveniente, através de colaboradores designados para o efeito, que terá como incumbências entre outras:
  - a) *Verificação quantitativa*: terá por objetivo comprovar as quantidades globais dos serviços contratados com as quantidades executadas, bem como conferir os demais elementos da prestação de serviços;
  - b) *Verificação qualitativa*: tem por objetivo comprovar a conformidade da qualidade dos meios utilizados e dos resultados obtidos com as especificações fixadas.
3. O I3S reserva-se o direito de exigir do Adjudicatário que proceda, de imediato, a alterações no todo, ou em parte, aos serviços executados incorretamente, que não esteja de acordo com o contrato ou com as boas práticas.
4. Se o Adjudicatário não proceder, de imediato, às ações previstas no número anterior, o I3S poderá providenciar a execução dos serviços ou contratar terceiros para a execução dos mesmos, ficando o Adjudicatário obrigado a reembolsar o I3S de todas as despesas e encargos incorridos, sem prejuízo de qualquer outro direito que assista ao I3S ao abrigo do respetivo contrato ou do presente caderno de encargos.
5. O Adjudicatário fica obrigado a colaborar com o I3S durante todo o período de inspeção, comprometendo-se a fornecer todos os elementos que lhe forem solicitados.
6. A fiscalização da execução dos serviços por parte do I3S não diminui, em qualquer caso, a responsabilidade do Adjudicatário.

### Cláusula 9ª – Patentes, Licenças E Marcas Registadas

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no decurso da execução do contrato celebrado, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a Entidade Adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, no decurso da execução do contrato celebrado, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário terá de a indemnizar de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.



### Cláusula 10ª - Preço Contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o I3S pagará ao Adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, nomeadamente o montante de € \_\_\_\_ (\_\_\_\_)<sup>1</sup> acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

<sup>(1)</sup> **[a preencher no termo contratual com o valor que constar da proposta adjudicada e correspondente a um aspeto da execução do contrato submetido à concorrência cujo valor não pode ser superior ao preço base do procedimento]**

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, nomeadamente, seguros, as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais.

### Cláusula 11ª - Condições De Pagamento Do Preço

1. Os valores devidos pelo I3S deverão ser faturados, após receção da respetiva requisição.
2. A(s) fatura(s) será(ão) paga(s) no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de receção da(s) fatura(s) pelo I3S, através de transferência bancária para a conta a indicar pelo Adjudicatário na(s) fatura(s).
3. Aos mecanismos de faturação aplicados no decorrer da vigência do contrato a celebrar, são especial e conjugadamente aplicáveis, os art.º 299.º do CCP; nos números 2, 3 e 4 do artigo 2.º do DL 123/2018, de 28 de dezembro.
4. De modo a dar cumprimento ao estabelecido no ponto anterior, o I3S notificará o Adjudicatário, ao longo da execução contratual, do modo de faturação aplicável.
5. A(s) fatura(s) deve(m) ser enviada(s) em formato eletrónico, cumprindo todos os requisitos previstos na lei Portuguesa, para o endereço de correio eletrónico: [contabilidadei3s@i3s.up.pt](mailto:contabilidadei3s@i3s.up.pt) ou para outro endereço que o I3S venha a indicar ao Adjudicatário.
6. Em caso de discordância por parte do I3S, quanto ao(s) valor(es) indicado(s) na(s) fatura(s), deve este comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar, também por escrito, os esclarecimentos necessários e, se for o caso, a proceder à emissão de nova(s) fatura(s) corrigida(s); o prazo de pagamento previsto ficará suspenso até que sejam prestados todos os esclarecimentos necessários ou recebida a nova fatura.



7. O I3S terá o direito a deduzir no pagamento a fazer ao Adjudicatário quaisquer quantias relativas ao pagamento de eventuais multas, coimas ou outras que lhe possam ser exigíveis, seja a que título for.

### Cláusula 12ª - Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o I3S pode exigir ao Adjudicatário o pagamento de uma multa diária de 2‰ (dois por mil) do preço contratual.
2. A exigência por parte do I3S ao Adjudicatário do pagamento de uma penalidade pecuniária, nos termos do número anterior, não exonera do cumprimento da obrigação em falta nem da prática de outros atos inerentes à reposição da normalidade contratual, o mais rapidamente possível.
3. O I3S pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penalidades pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. As penalidades pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o I3S exija uma indemnização pelo dano excedente.

### Cláusula 13ª - Resolução do Contrato por parte da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o I3S pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução, previsto no número anterior, exerce-se mediante declaração escrita, enviada ao Adjudicatário por carta registada com aviso de receção, dirigida ao Adjudicatário, a qual conste a indicação da situação de incumprimento e respetivos fundamentos.
3. O direito de resolução pelo I3S constitui o Adjudicatário no dever de indemnizar o IBMC, em montante que se fixa desde já a título de cláusula penal em 10% (dez por cento) do valor da adjudicação.
4. A indemnização a que se refere o número anterior será paga pelo adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação da resolução do contrato
5. O exercício do direito de resolução não prejudica a aplicação das sanções previstas no presente Caderno de Encargos e no Contrato.
6. A cessação dos efeitos do contrato não prejudica a verificação da responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a execução da prestação.
7. Em caso de resolução do contrato o Adjudicatário é obrigado a entregar de imediato toda a documentação e informação, independentemente da forma que esta revista, produzida no



âmbito do contrato e que esteja em sua posse, a qual é, para todos os efeitos, propriedade exclusiva do I3S.

#### **Cláusula 14ª - Resolução Do Contrato Pelo Adjudicatário**

O Adjudicatário poderá resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

#### **Cláusula 15ª – Suspensão Do Contrato**

1. Sem prejuízo do direito de resolução do contrato, a Entidade Adjudicante pode, em qualquer altura, por comprovados motivos de interesse público, designadamente quando estiverem em causa razões de segurança pública, suspender total ou parcialmente a execução do contrato.
2. A suspensão referida no número anterior produz os seus efeitos a contar do dia seguinte ao da notificação do Adjudicatário, salvo se da referida notificação constar data posterior, e é efetuada através de carta registada com aviso de receção.
3. A Entidade Adjudicante pode, a qualquer momento, levantar a suspensão da execução do contrato.
4. Para efeitos do disposto nos números anteriores, o Adjudicatário não pode reclamar ou exigir qualquer compensação ou indemnização com base na suspensão total ou parcial do contrato.

#### **Cláusula 16ª - Modificações Do Contrato**

1. Qualquer intenção de alteração ao contrato deverá ser comunicada, por escrito, pela parte interessada na mesma à outra parte com uma antecedência mínima de 10 (dez) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.
2. As modificações contratuais ficam sujeitas ao disciplinado nos termos dos artigos 311º a 315º do CCP.

#### **Cláusula 17ª - Gestor Do Contrato**

1. Nos termos do artigo 290ª-A do CCP, aquando da outorga do contrato, será incluído no clausulado do mesmo a designação do Gestor do Contrato nomeado pelo I3S.
2. A execução do contrato será monitorizada e sujeita a avaliação por parte do Gestor do Contrato (colaborador do I3S nomeado, nos termos do artigo 290.º-A do CCP, pelo Órgão Competente para a decisão de contratar), tendo este por função a deteção de desvios,



defeitos ou outras anomalias na execução do presente contrato pelo Adjudicatário, nos termos do disposto no supracitado artigo.

3. Caso sejam detetados desvios ou outras anomalias na execução do presente contrato, deve o Gestor do Contrato, comunicá-los aos responsáveis do I3S, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
4. Gestor do Contrato nomeado: [Completar]; Contacto: [Completar]
5. O Adjudicatário obriga-se a nomear um representante responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e que desempenhe o papel de interlocutor com o I3S para todos os fins associados à execução do contrato.

### Cláusula 18ª - Subcontratação E Cessão Da Posição Contratual

A subcontratação pelo Adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes são admitidas, nos termos dos Artigos 316º e seguintes do CCP.

### Cláusula 19ª – Contagem Dos Prazos Na Fase De Execução Do Contrato

1. À contagem de prazos na fase de execução do contrato são aplicáveis as seguintes regras:
  - a) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
  - b) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês;
  - c) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

### Cláusula 20ª – Responsabilidades

1. O Adjudicatário responde perante o I3S por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do contrato, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do contrato.
2. Do mesmo modo, o Adjudicatário responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.



3. Se o I3S vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo Adjudicatário, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do Adjudicatário a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do contrato, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

### Cláusula 21ª – Casos Fortuitos Ou De Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, desde que verificados os pressupostos constantes do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Nenhuma das partes incorrerá em qualquer obrigação de indemnizar, compensar ou ressarcir a outra por quaisquer prejuízos incorridos ou a incorrer para cumprimento das suas obrigações contratuais por força de caso fortuito ou de força maior.
4. Não constituem força maior, designadamente:
  - d) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
  - e) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades do seus subcontratados;
  - f) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - g) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - h) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;



- i) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
  - j) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas apenas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior,

### Cláusula 22ª – Confidencialidade

1. O Adjudicatário compromete-se, na vigência do contrato, a manter como reservado e confidencial o respetivo conteúdo, assim como toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao I3S, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, sob pena de ser responsável pelos prejuízos que daí decorrerem.
2. A informação e a documentação abrangidas pelo dever de confidencialidade não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não os destinados direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. O Adjudicatário encontra-se obrigado a cumprir as obrigações previstas na Lei da Proteção de Dados Pessoais vigente e no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), de responsabilização do Adjudicatário por todas e quaisquer perdas sofridas pelo IBMC no resultado da violação dessas obrigações.
4. A obrigação de confidencialidade do Adjudicatário estende-se a todos os seus trabalhadores, colaboradores, agentes ou subcontratados e a quaisquer outras pessoas que, direta ou indiretamente, intervenham na execução do contrato.
5. O Adjudicatário fica obrigado a devolver ao I3S, no termo do contrato, todos os dados na sua posse, assim como outra informação e documentação obtida durante a execução do contrato.
6. A obrigação de confidencialidade prevista na presente cláusula vigorará por todo o período de duração do presente contrato e manter-se-á em vigor após a cessação deste, por qualquer causa.
7. Exclui-se do dever de confidencialidade previsto nesta cláusula, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de decisão judicial transitada em julgado ou a pedido de entidades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.



### Cláusula 23ª – Proteção De Dados

1. Para efeitos da proteção de dados pessoais, atentos os efeitos do contrato e do respetivo caderno de encargos, o Adjudicatário assume, incondicionalmente, em matéria de dados pessoais, quer no decurso da vigência contratual, quer, quando aplicável e ou exigível, após cessação contratual, na obrigação do exímio e escrupuloso cumprimento do disposto na legislação e regulamentação aplicáveis, designadamente em sede do tratamento de dados, medidas de segurança e confidencialidade, bem como no âmbito da transferência de dados e gestão de incidentes, sem prejuízo das demais obrigações resultantes para terceiros, incluindo a entidade gestora da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pelo I3S, em especial no exercício da atividade de gestão e exploração da mesma, e a entidade com responsabilidades nas áreas da construção, do imobiliário e da contratação pública, nomeadamente no domínio da regulação da contratação pública e dos contratos públicos, o Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, I.P.).
2. Para efeitos do disposto no corpo da presente cláusula, é aplicável o disposto na legislação sobre proteção de dados, nacional e europeia, bem como o previsto no Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE, com especial acuidade o artigo 4.º, e, ainda, as deliberações do Grupo de Trabalho do artigo 29º, existentes ou futuros.
3. Para efeitos do disposto na presente cláusula, no âmbito do contrato, a obrigação referida incluirá logo o cumprimento de todos os demais deveres e obrigações estipulados nestas matérias, à luz e ao abrigo do direito nacional e comunitário aplicável.

### Cláusula 24ª – Políticas Horizontais

Em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 1.º-A do CCP, o Adjudicatário deverá garantir, na formação e na execução dos contratos públicos, o pleno cumprimento das normas aplicáveis vigentes em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do Direito Internacional, Europeu, Nacional ou Regional.

### Cláusula 25ª – Interpretação E Validade

1. O contrato e demais documentos contratuais regem-se pela lei portuguesa, sendo interpretados de acordo com as suas regras.
2. As partes no contrato que tenham dúvidas acerca do significado de quaisquer documentos contratuais, devem colocá-las à parte contrária a quem o significado dessa disposição diga diretamente respeito.

NIF: 515 769 053  
Rua Alfredo Allen, 208 - 4200-135 Porto - Portugal  
Tel. 00351- 220 408 800 | Fax. 00351- 225 570 770

PÁGINA 13 DE 16

INSTITUTO  
DE INVESTIGAÇÃO  
E INOVAÇÃO  
EM SAÚDE  
UNIVERSIDADE  
DO PORTO

Rua Alfredo Allen, 208  
4200-135 Porto  
Portugal  
+351 220 408 800  
info@i3s.up.pt  
[www.i3s.up.pt](http://www.i3s.up.pt)



3. Se qualquer disposição do contrato ou de quaisquer documentos contratuais for anulada ou declarada nula, as restantes disposições não serão prejudicadas por esse facto, mantendo-se em vigor.

### Cláusula 26ª – Regime Contraordenacional

Para além das sanções por incumprimento previstas na Cláusula de Penalidades Contratuais do presente Caderno de Encargos, constituem contraordenações muito graves as previstas no Artigo 456º, contraordenações graves as descritas no art.º 457º e contraordenações simples as gizadas no Artigo 458º, todos do Código de Contratos Públicos.

### Cláusula 27ª – Lei Aplicável

Em tudo o omissso nas peças do presente procedimento observar-se-á a legislação portuguesa aplicável, designadamente pelo Código dos Contratos Públicos, Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.

### Cláusula 28ª – Foro Competente

1. Para a resolução de todos os litígios decorrentes quer da interpretação, quer da execução do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.
2. Quando, por força de disposição legal inderrogável, o I3S tenha de demandar ao Adjudicatário fora da comarca referida no nº 1 da presente Cláusula esta última, suportará os custos de todas as deslocações que tal demanda cause ao I3S, a pessoal seu e honorários de advogados.

### Cláusula 29ª – Comunicações E Notificações

1. Salvo se outra formalidade estiver especialmente prevista neste contrato, todas as comunicações e notificações a efetuar entre as partes, nos termos e ao abrigo do contrato, deverão ser efetuadas por escrito e enviadas por correio registado com aviso de receção ou por correio eletrónico com recibo de leitura para as moradas e endereços de correio eletrónico que de seguida se indicam, ou para quaisquer outros que as partes venham a designar, mediante comunicação prévia por escrito à contraparte, sob pena de se considerarem como não realizadas.

[Para o I3S:](#)

**À atenção de:** Gabinete de Aprovisionamento

NIF: 515 769 053  
Rua Alfredo Allen, 208 - 4200-135 Porto - Portugal  
Tel. 00351- 220 408 800 | Fax. 00351- 225 570 770

PÁGINA 14 DE 16

INSTITUTO  
DE INVESTIGAÇÃO  
E INOVAÇÃO  
EM SAÚDE  
UNIVERSIDADE  
DO PORTO

Rua Alfredo Allen, 208  
4200-135 Porto  
Portugal  
+351 220 408 800  
info@i3s.up.pt  
[www.i3s.up.pt](http://www.i3s.up.pt)



**Morada:** Rua Alfredo Allen, 208 - 4200-135 Porto

**Endereço de correio eletrónico:** [procurement@i3s.up.pt](mailto:procurement@i3s.up.pt)

[Para o Adjudicatário:](#)

**À atenção de:** [Completar]

**Morada:** [Completar]

Endereço de correio eletrónico: [Completar]

2. As moradas indicadas serão válidas para efeitos de eventuais citações ou notificações judiciais.
3. Qualquer alteração das informações de contacto constantes nesta Cláusula deve ser comunicada à outra parte.

### Cláusula 30ª – Contagem Dos Prazos

1. À contagem dos prazos, relativos aos procedimentos de formação do contrato, aplica-se o disposto no art.º 87.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), por remissão legal do art.º 470.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), não sendo, em caso algum, aplicável o disposto no artigo 88.º do CPA.
2. Os prazos fixados para a apresentação da proposta, são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.



## ANEXO I

### Especificações dos Serviços a Prestar

Os serviços a prestar pelo Adjudicatário ao i3S, nos termos e condições previstas no presente caderno de encargos, compreendem todas as licenças necessárias para a renovação dos serviços suporte e manutenção da solução Check Point do i3S (Cluster CHECKPOINT 5800 NGTP) - Account ID: 6992159, pelo período de 1 (um) ano.